

O deputado Fernando Cury, presidente da CPI, e eu, como relator, diversos deputados atuantes na área da agricultura, deputado Zico Prado também, deputado Barros Munhoz, além de outros integrantes, participaram dessa CPI. Estivemos atrás durante seis meses, procurando esclarecer para essa população, buscando punir, buscando achar saídas para a citricultura paulista, que é um grande patrimônio nosso, que gera emprego e que tem que servir como um processo de distribuição de renda também.

É a cultura que por hectare mais emprega. Hoje, a citricultura representa para o nosso estado e para a minha região uma importante fonte de valor, senão a principal. Digo a vocês que nessa última semana o Cade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, finalmente julgou um processo que começou em 2006 sobre a citricultura, sobre o cartel na citricultura. O que é importante falarmos desse julgamento que aconteceu no Cade?

A partir de agora, temos os dados de tudo que aconteceu com o acordo de leniência com essas empresas que o fizeram, que pagaram ao Cade o que foi combinado nesse acordo que foi feito judicialmente, mas a partir de agora o fundamental é que esses TCC, esses termos de conduta que foram feitos junto com o Cade, venham o mais rápido possível a público para que esses pequenos produtores que sofreram durante tantos anos - e muitos deles perderam terras, perderam todo o seu patrimônio em torno da questão do cartel do suco de laranja no estado de São Paulo - possam ter acesso e possam também ir atrás para repararem as suas perdas, os seus danos e tudo que aconteceu ao longo dos últimos anos.

Estou aqui com a matéria que saiu. Os 301 milhões de reais referentes ao acordo que foi feito foram recolhidos ao Fundo de Direitos Difusos. A decisão do tribunal seguiu as recomendações dos órgãos. Quero pedir urgentemente ao presidente que encaminhe minhas palavras ao Cade para que este possa nos trazer urgentemente uma cópia da decisão a fim de que acompanhemos junto com o Ministério Público de São Paulo, com o Ministério Público Federal, e seja feita a propositura de uma ação de reparação de danos e eventuais providências

também na esfera penal. Esta Casa lutou ao longo do último ano e a luta não começou conosco na CPI. Começou com uma luta antiga de tantos parlamentares que passaram nesta Casa, assim como também no Congresso Federal.

Chegamos ao momento crucial dela, no qual podemos eliminar esse cartel na indústria do suco de laranja no estado de São Paulo e que essa cultura, que é uma cultura que gera renda, que gera emprego, que representa o nosso interior como um todo, possa ser também uma cultura de livre competitividade igual às regras do mercado e às regras que a sociedade exige.

Essas são minhas palavras. Queria pedir que fossem encaminhadas ao Cade e ao Ministério Público do Estado de São Paulo, ao nosso procurador-geral do estado de São Paulo, para que possam tomar providências frente ao cartel da laranja no estado de São Paulo.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Marco Vinholi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\* \* \*  
- Suspensa às 15 horas e 05 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 35 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

\* \* \*  
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 25, de 2017.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a fina-

lidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 25, de 2017.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu ouvi bem ou V. Exa. convocou o Projeto nº 25 para as duas sessões extraordinárias?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Convoquei o Projeto nº 25 para as duas extras, deputado Campos Machado, conforme havia dito no Colégio de Líderes.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - É um projeto que vai anteceder a PEC nº 05?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O projeto vai anteceder a PEC nº 05.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Agradeço a coerência de Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga pelo Art. 82.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PELO ART. 82 - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas deputados, servidores presentes, professores, profissionais do SINDSAÚDE, da Segurança e de outras áreas, servidores da Casa e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, vou abordar dois assuntos.

O primeiro é que o Governo consegue se encontrar e se unir aqui. Há uma divisão nos bastidores entre o atual e o próximo governo. Os servidores que aqui estão não conseguem ter a garantia de aprovação do PLC nº 01, que garante o reajuste.

Os servidores queriam e desejam mais. É justo que seja um reajuste maior do que os 7% e também querem tratamento igual para todo mundo. Não tem que haver diferença entre categorias e profissional "a" ou "b". Isso demonstra o quanto o governador não trata o servidor com respeito. Se ele tratasse, já que não dá os aumentos e a reposição para as categorias há muito tempo, poderia fazer esse gesto. Ele está tentando fazer um gesto de agradar, mas poderia tentar ser um pouco mais

simpático, com essa imagem que já tem, de que odeia o servidor público. Porém, nem assim conseguiu o governador Geraldo Alckmin. Se ele quisesse, de fato, trataria todo mundo bem, da mesma maneira, sem distinção e com respeito. Cada servidor, no seu setor, faz a devida prestação do serviço público.

A bancada do PT apresentou emenda para que seja 7% para todo mundo. Apresentamos uma proposta para que fosse mais, um valor maior, pegando-se a reposição, a dívida histórica que tem com o servidor público. Entretanto, nessa sabemos que não vai haver acordo. Nem os 7% para todo mundo eles querem. Ainda deixaram as fundações, como o Itesp e a Fundação Casa, de fora - o que também é um absurdo, porque são servidores que também precisam da sua valorização.

Pedimos ao líder do Governo e aos demais líderes que possamos votar um valor igual para todo mundo e que inclua outras categorias que estão fora. É o mínimo que nós podemos fazer aqui na Assembleia Legislativa. Parabênzido todos que estão na luta, que estão pressionando e, também, aguardando a perspectiva de aprovar esse projeto.

Quero mudar de assunto porque, se nós temos as nossas pautas específicas - e os servidores aqui estão em luta em defesa dela - e se o cidadão, no dia a dia, também tem os seus problemas e conjuntos de coisas que os afligem, nós não podemos deixar de comentar aquilo que acontece no País.

Todo cidadão tem o direito daquilo que está escrito na Constituição Federal, dentre elas a presunção de inocência - e o que estão querendo fazer com o presidente Lula é uma agressão e uma violência brutal de confronto à Constituição Federal: querem prendê-lo sem passar por todas as fases de julgamento.

Hoje, em um novo pedido de HC, o Superior Tribunal de Justiça, fazendo um show, julgando um HC televisionado, ao vivo... Tudo bem, queremos a transparência, mas que seja em todos os casos. Na hora que devolve o mandato ao senador Aécio, na hora que julgam as malas de dinheiro e os seus personagens, o julgamento é fechado. Por que, quando é o presidente Lula, tem esse espetáculo?



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MESA	
<b>Presidente:</b> Cauê Macris	
1º Secretário:	<b>Luiz Fernando T. Ferreira</b>
2º Secretário:	<b>Estevam Galvão</b>
3º Secretário:	<b>Chico Sardelli</b>
4º Secretário:	<b>Adilson Rossi</b>
1º Vice-Presidente:	<b>Analice Fernandes</b>
2º Vice-Presidente:	<b>Maria Lúcia Amary</b>
3º Vice-Presidente:	<b>Milton Vieira</b>
4º Vice Presidente:	<b>Jooji Hato</b>

Conselho de Defesa das Prerrogativas Parlamentares	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
Campos Machado	Roberto Tripoli
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Carlão Pignatari	Barros Munhoz
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Vaz de Lima	Hélio Nishimoto
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Welson Gasparini	Maria Lúcia Amary
<b>PT</b>	<b>PT</b>
Enio Tatto	Beth Sahão
<b>DEM</b>	<b>DEM</b>
Cezinha de Madureira	Gil Lancaster
<b>PV</b>	<b>PV</b>
Roberto Tripoli	Edson Giriboni
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
Jooji Hato	Jorge Caruso
<b>PSD</b>	<b>PSD</b>
Coronel Camilo	Marta Costa
<b>PTB</b>	<b>PTB</b>
Campos Machado	Roque Barbieri

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
Carlão Pignatari	Afonso Lobato
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Carlão Pignatari	Marcos Zerbiní
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Maria Lúcia Amary	Vaz de Lima
<b>PT</b>	<b>PT</b>
João Paulo Riillo	Teonílio Barba
<b>DEM</b>	<b>DEM</b>
André Soares	Aldo Demarchi
<b>PSB</b>	<b>PSB</b>
Ed Thomas	Caio França
<b>PV</b>	<b>PV</b>
Afonso Lobato	Reinaldo Alguz
<b>PPS</b>	<b>PPS</b>
Davi Zaia	Fernando Cury
<b>PSD</b>	<b>PSD</b>
Coronel Camilo	Marta Costa
<b>PTB</b>	<b>PTB</b>
Campos Machado	Roque Barbieri

CPI Maus-Tratos contra Animais	
Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato 89/2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 1738/2015, com a finalidade de apurar e investigar a prática de maus-tratos cometidos contra animais no âmbito do Estado de São Paulo. <b>Prazo de funcionamento:</b> 120 dias	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
Feliciano Filho	Gil Lancaster
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Célia Leão	Maria Lúcia Amary
<b>PT</b>	<b>PT</b>
Ana do Carmo	Alencar Santana Braga
<b>DEM</b>	<b>DEM</b>
Gil Lancaster	Rogério Nogueira
<b>PSB</b>	<b>PSB</b>
Caio França	Ed Thomas
<b>PV</b>	<b>PV</b>
Roberto Tripoli	Afonso Lobato
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
Léo Oliveira	Jooji Hato
<b>PRB</b>	<b>PRB</b>
Wellington Moura	Sebastião Santos
<b>PSC</b>	<b>PSC</b>
Feliciano Filho	Márcio Camargo
<b>PODE</b>	<b>PODE</b>
Pedro Kaká	
<b>Relator:</b> Pedro Kaká	

Corregedoria Parlamentar	
<b>Corregedor</b>	<b>Corregedor Substituto</b>
<b>PSC</b>	<b>PMDB</b>
Márcio Camargo	Jorge Caruso

CPI Fosfoetanolamina	
Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato 90/2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 1934/2015, com a finalidade de apurar as razões que motivam o Estado a não realizar pesquisas para a liberação da substância Fosfoetanolamina, produzida por cientistas no Campus da USP de São Carlos. <b>Prazo de funcionamento:</b> 90 dias	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
Roberto Massafera	Rafael Silva
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Roberto Massafera	Marco Vinholi
<b>PT</b>	<b>PT</b>
Márcia Lia	Carlos Neder
<b>PSB</b>	<b>PSB</b>
Ed Thomas	Carlos Cezar
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
Cássio Navarro	Jorge Caruso
<b>PRB</b>	<b>PRB</b>
Wellington Moura	Milton Vieira
<b>PR</b>	<b>PR</b>
Ricardo Madalena	Marcos Damasio
<b>PSC</b>	<b>PSC</b>
Márcio Camargo	Celso Nascimento
<b>PDT</b>	<b>PDT</b>
Rafael Silva	
<b>PSL</b>	<b>PSL</b>
Gileno Gomes	
<b>Relator:</b> Ricardo Madalena	

CPI Operação Ethos/CONDEPE	
Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato 91/2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110/2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros. <b>Prazo de funcionamento:</b> 120 dias	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
Coronel Telhada	Doutor Ulysses
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Coronel Telhada	Hélio Nishimoto
<b>PT</b>	<b>PT</b>
Beth Sahão	João Paulo Riillo
<b>DEM</b>	<b>DEM</b>
Cezinha de Madureira	André Soares
<b>PSB</b>	<b>PSB</b>
Ed Thomas	Carlos Cezar
<b>PV</b>	<b>PV</b>
Doutor Ulysses	Edson Giriboni
<b>PPS</b>	<b>PPS</b>
Vitor Sapienza	Roberto Morais
<b>PSD</b>	<b>PSD</b>
Coronel Camilo	Marta Costa
<b>Relator:</b> Coronel Camilo	

CPI Vendas de Ingressos (T4F Entretenimento S/A)	
Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato 108/2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 1464/2017, com a finalidade de investigar irregularidades e abusos praticados pela empresa T4F Entretenimento S/A nas vendas de ingressos para os shows da banda irlandesa U2 nos dias 19,21 e 22 de outubro de 2017 na cidade de São Paulo. <b>Prazo de funcionamento:</b> 90 dias	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
Coronel Telhada	Fernando Capez
<b>PT</b>	<b>PT</b>
Alencar Santana Braga	Márcia Lia
<b>DEM</b>	<b>DEM</b>
Edmir Chedid	Cezinha de Madureira
<b>PV</b>	<b>PV</b>
Chico Sardelli	Reinaldo Alguz
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
Jorge Caruso	Jooji Hato
<b>PRB</b>	<b>PRB</b>
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	Wellington Moura
<b>PSC</b>	<b>PSC</b>
Celso Nascimento	Márcio Camargo
<b>PP</b>	<b>PP</b>
Delegado Olim	Antonio Salim Curiati
<b>Relator:</b>	

CPI OS's	
Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato 2/2018, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2928/2017, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com Organizações Sociais da Saúde - OS's, pelas Prefeituras e pelo Governo do Estado de São Paulo. <b>Prazo de funcionamento:</b> 120 dias	
<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>
<b>Efetivos</b>	<b>Substitutos</b>
<b>Relator:</b>	